

Diálogo, consciência crítica e emancipação: o legado de Paulo Freire para a democratização da escola brasileira

Dialogue, critical consciousness, and emancipation: Paulo Freire's legacy for the democratization of Brazilian schools

Josefa Samara da Conceição Carlos ⁺, Isis Juliane Carneiro Pereira, Neide Maria de Campos, Luiz Fernando Barreto Martins

Universidade Federal de Rondonópolis

Resumo. O artigo examina a atualidade e os desafios da pedagogia crítica de Paulo Freire na educação brasileira, destacando sua contribuição para a promoção da democracia e a superação das desigualdades. O objetivo é analisar como princípios como diálogo, subjetividade e consciência crítica podem transformar a escola em espaço de emancipação. Utilizando pesquisa qualitativa e revisão bibliográfica, a análise revela que, apesar de resistências institucionais, a pedagogia freireana segue relevante, oferecendo caminhos para a formação de sujeitos autônomos e críticos. Conclui-se que a democratização escolar exige compromisso ético e político com o diálogo e a valorização das experiências dos educandos.

Palavras-chave: pedagogia crítica; Paulo Freire; democracia; educação brasileira; consciência crítica.

Abstract. This article examines the relevance and challenges of Paulo Freire's critical pedagogy in Brazilian education, highlighting its contribution to promoting democracy and overcoming inequalities. The objective is to analyze how principles such as dialogue, subjectivity, and critical consciousness can transform the school into a space of emancipation. Using qualitative research and a literature review, the analysis reveals that, despite institutional resistance, Freirean pedagogy remains relevant, offering pathways for the formation of autonomous and critical individuals. It concludes that school democratization requires an ethical and political commitment to dialogue and the valuing of students' experiences.

Keywords: Critical pedagogy; Paulo Freire; democracy; Brazilian education; critical consciousness.

Introdução

A sapiência da educação como prática democrática, à luz da pedagogia crítica de Paulo Freire, constitui um dos debates mais sofisticados e urgentes da teoria educacional contemporânea. No cerne do pensamento freireano está o reconhecimento de que a educação não é um ato neutro, mas uma prática política e ética, inerentemente vinculada à luta pela justiça social e à construção da democracia substantiva. Como afirma Freire (2003, p. 30):

Vivemos uma fase que está a exigir a participação cada vez maior do povo na elaboração do desenvolvimento. Que está a exigir a inserção do povo criticamente consciente nele, somente como irá criando novas disposições mentais com que poderá

opor-se a superar a inexperience democrática (FREIRE, 2003, p. 30).

Freire rejeita a concepção tradicional de ensino, caracterizada pela “educação bancária”, em que o estudante é visto como trivial depositário de conteúdos, e propõe, em seu lugar, uma pedagogia dialógica, orientada pela problematização da realidade e pela participação ativa dos sujeitos históricos. Para ele, a educação deve ser um processo de formação política e de consciência coletiva, em que “a democracia é, sobretudo, experiencial e formativa e deve ser praticada por meio de processos educativos de natureza participativa e dialógica” (FREIRE, 2003, p. 66).

Além disso, Freire enfatiza que a aprendizagem da democracia ocorre pela participação, e que a educação deve criar

condições para o desenvolvimento do espírito comunitário, da solidariedade e da colaboração, substituindo antigos hábitos de passividade por experiências concretas de participação social (FREIRE, 2003, p. 84-88). O autor, ainda defende que “a democracia e a educação se fundam, precisamente, na crença da experiência do fazer do homem e da mulher”, sendo que, numa sociedade aberta, “a participação vai se fazendo exigência” e as massas populares começam a buscar ativamente seu processo histórico (FREIRE, 1976, p. 37).

Por fim, a concepção freireana rejeita desde o princípio qualquer forma de educação autoritária, que busca conduzir o educando de modo repetitivo e restrito. Em vez disso, aposta no desenvolvimento da autonomia e da consciência crítica, fundamentados no diálogo e no reconhecimento do educando como sujeito histórico, capaz de intervir e transformar a realidade.

A sapiência da educação como prática democrática, à luz da pedagogia crítica de Paulo Freire, constitui um dos debates mais sofisticados e urgentes da teoria educacional contemporânea. No cerne do pensamento freireano está o reconhecimento de que a educação não é um ato neutro, mas uma prática política e ética, inerentemente vinculada à luta pela justiça social e à construção da democracia substantiva. Freire rejeita a concepção tradicional de ensino, caracterizada pela “educação bancária”, em que o estudante é visto como trivial depositário de conteúdos, e propõe, em seu lugar, uma pedagogia dialógica, orientada pela problematização da realidade e pela participação ativa dos sujeitos históricos.

Sob esse ponto de vista, Paulo Freire e Sérgio Guimarães (2013, p. 17) pontuam que é impossível anular a individualidade de cada sujeito histórico, pois cada pessoa traz consigo uma singularidade irrepetível. Eles afirmam que desconsiderar essa subjetividade — e o papel fundamental da consciência tanto no aprendizado quanto na própria construção da história — constitui um erro grave, como Freire já destacava em “Pedagogia do Oprimido” (1968) e retoma em “Pedagogia da Esperança” (1992):

Só que nós, você e eu, reconhecemos que não é possível afogar, fazer desaparecer a dimensão individual de cada sujeito histórico que se experimenta socialmente. [...] Esquecer essa subjetividade, não reconhecer o papel dela no aprendizado da história —, e mais do que no aprendizado, na feitura da história inclusive, é fazendo a história que a gente aprende a história — esquecer isso, esquecer o papel, nisso, da consciência — como eu já saliento desde a Pedagogia do oprimido e agora saliento de novo na Pedagogia da esperança —, esquecer isso é que é cometer, para mim,

um baita erro [...] (Freire e Guimarães, 2013, p. 17).

A literatura freireana no cenário contemporâneo reforça que a centralidade do diálogo não se limita as técnicas de ensino, mas constitui fundamento ontológico e epistemológico da educação democrática. O diálogo, enquanto prática de escuta e de construção coletiva do conhecimento, é o que viabiliza a emergência de sujeitos críticos, capazes de ler e transformar o mundo. Essa dialogicidade é o mitridato contra o autoritarismo escolar e a cultura do silêncio, abrindo espaço para a participação ativa, a pluralidade e o reconhecimento das experiências históricas dos educandos.

No contexto brasileiro, marcado por desigualdades estruturais e desafios à democracia, a pedagogia crítica de Freire adquire relevância ainda em maior grau. Obras como *Pedagogia da Indignação* aprofundam a denúncia das práticas desumanizadoras presentes nas instituições de ensino, expondo como a negação da subjetividade e da participação democrática perpetua a exclusão e a injustiça social (Freire, 2000). Em resposta, Freire propõe uma educação comprometida com a liberdade, a autonomia e a dignidade dos sujeitos, orientada pela esperança e pela possibilidade real de transformação social; “o importante está, em que os homens submetidos à dominação, lutem por sua emancipação” (Freire, 1987, p. 43).

Sob tal prospectiva, a radicalidade da pedagogia crítica de Freire se manifesta na articulação entre indignação ética e compromisso amoroso, elementos que atravessam suas obras e fundamentam sua concepção de educação democrática. Em *Pedagogia da Indignação*, Freire (2000) enfatiza que a indignação política diante das injustiças não é mero sentimento, mas força motriz para a ação ética e transformadora, reiteradamente em diálogo com o amor humanista (Sousa e Martins, 2021, p. 6). Para o autor, a verdadeira práxis educativa nasce do entrelaçamento dialético entre o amor ao mundo e a justa raiva contra a opressão, pois só assim é possível denunciar o feio, o injusto e o perverso, ao mesmo tempo em que se anunciam inéditos viáveis de democracia, justiça e tolerância (Freire, 2000, p. 25).

A análise crítica das estruturas educacionais brasileiras revela que o ambiente dedicado ao ensino, ainda está distante de ser admitido como um espaço universal de emancipação; oposto a isso, frequentemente funciona como mecanismo de reprodução das desigualdades sociais e culturais. O sistema educacional, marcado pela lógica meritocrática excludente e por práticas pedagógicas descontextualizadas, reforça a subalternização de sujeitos historicamente oprimidos, especialmente aqueles oriundos das periferias urbanas e da população negra. A negação dos saberes populares e a responsabilização individual pelo fracasso escolar perpetuam a exclusão, naturalizando a

precariedade e inviabilizando a democratização do acesso ao conhecimento. Neste contexto, a obra *Partir da Infância*, Freire e Guimarães (2014) dispõem a seguinte assertiva:

E é interessante também observar como se dá essa transferência do conhecimento, essa superposição da escola, em qualquer nível social em que ela se ache; essa superposição da escola à realidade contextual do educando, essa imobilidade que a escola propõe ao educando; e, veja bem, a imobilidade mental, mais do que a física; esse quase gosto por não falar, por não perguntar, por não inquirir; como se perguntar, se duvidar, se buscar fossem pecados capitais. E isso vem sendo criticado ao longo dos anos na história da educação brasileira! É bom observar como tudo isso é a expressão, uma vez mais, do autoritarismo brasileiro, como expressão deste é também o centralismo que a gente observa na política brasileira. Quer dizer: o centro sabe e fala, a periferia do país escuta e segue (Freire, 2014).

A crítica freireana à escola como espaço de reprodução de hierarquias sociais, culturais e raciais é amplamente corroborada por autores contemporâneos, que evidenciam como a lógica meritocrática e a descontextualização dos conteúdos didáticos contribuem para a manutenção da exclusão escolar e da subalternização de grupos historicamente oprimidos (Cruz e Barros, 2025). A literatura especializada destaca que, ao invés de promover a emancipação, o sistema educacional brasileiro frequentemente atua como dispositivo de reprodução das desigualdades estruturais, reforçando a invisibilidade dos saberes populares e institucionalizando o fracasso escolar como responsabilidade individual. Essa perspectiva é exasperada pela precariedade das escolas públicas, sobretudo nas periferias urbanas e em territórios marcados pela vulnerabilidade social, onde a ausência de recursos básicos compromete o pleno desenvolvimento dos estudantes e limita o acesso ao conhecimento formal.

A precariedade da infraestrutura nas escolas periféricas, a escassez de recursos didáticos, a ausência de políticas de permanência, a alta rotatividade docente e a descontinuidade de programas de valorização da diversidade são apenas algumas das faces desse problema. No entanto, há também um nível mais profundo e ideológico de reprodução da desigualdade: a imposição de uma narrativa meritocrática que, ao ignorar as condições materiais adversas vividas por crianças e jovens das classes populares, transforma a exclusão em

responsabilidade individual, despolitizando os efeitos do racismo estrutural, da desigualdade econômica e da violência urbana (Cruz e Barros, 2025).

Nessa conjuntura, a pedagogia crítica de Freire propõe a superação da cultura do silêncio e da alienação por meio do desenvolvimento da consciência crítica, conceito central em sua obra. A conscientização, entendida como o processo pelo qual o indivíduo passa da consciência ingênua à consciência crítica, permite que educandos e educadores se reconheçam como sujeitos históricos, capazes de interpretar, questionar e transformar a realidade social em que estão inseridos (Freire, 2000, p. 37). O método dialógico freireano, ao valorizar a experiência concreta estudantil e promover a problematização dos conteúdos, constitui um caminho para a construção de subjetividades democráticas e autônomas, rompendo com o encabeçaste e estimulando a participação ativa na vida coletiva.

A produção de subjetividades democráticas, segundo Freire, exige do educador uma postura ética de recusa ao saber absoluto e de abertura à escuta e ao diálogo com o outro. O reconhecimento da cultura e da experiência dos educandos é condição fundamental para que estes se percebam como sujeitos históricos e para que a transformação social ocorra de maneira orgânica, a partir da realidade vivida por cada comunidade (FREIRE, 1996, p. 25). Trata-se de uma pedagogia que, ao rejeitar o autoritarismo e o centralismo, aposta na construção coletiva do conhecimento e na valorização da pluralidade como fundamentos da democracia substantiva (FREIRE, 1968, p. 81).

Freire (1996, p. 67) enfatiza que ensinar exige respeito à autonomia do educando e à sua dignidade, princípios que se opõem à lógica da domesticação e da padronização. Em *Pedagogia do Oprimido*, o autor destaca que a educação libertadora parte do diálogo e da problematização da realidade, promovendo a conscientização e a emancipação dos sujeitos (FREIRE, 1968, p. 47). Esse processo implica a superação da “educação bancária” e a adoção de uma prática pedagógica que valorize a experiência, o questionamento e a participação ativa dos educandos na construção do saber.

A literatura recente evidencia, ainda, os desafios enfrentados na implementação da pedagogia crítica em contextos marcados por resistência institucional, práticas escolares conservadoras e avaliações padronizadas que desconsideram a diversidade e a complexidade dos processos de aprendizagem (FREIRE, 2000, p. 42). Apesar dessas dificuldades, experiências exitosas demonstram que a pedagogia freireana, ao promover a escuta, o diálogo e a problematização, potencializa a formação de cidadãos críticos e comprometidos com a transformação social (FREIRE, 1992, p. 109).

Portanto, o legado de Paulo Freire permanece atual e necessário diante dos desafios contemporâneos da educação brasileira. Sua pedagogia crítica, ao articular teoria e prática, ética e política, oferece caminhos para a construção de uma escola verdadeiramente democrática, capaz de tensionar as estruturas de poder e de promover a emancipação dos sujeitos historicamente excluídos (FREIRE, 1968, p. 81; FREIRE, 1992, p. 109; FREIRE, 1996, p. 25).

Metodologia

Este artigo configura-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza básica, fundamentada no paradigma crítico e orientada pela tradição da pedagogia freireana, da qual a centralidade reside na problematização da realidade e no diálogo como fundamentos da produção do conhecimento (Freire, 1968, p. 81; Freire, 1996, p. 25). O objetivo principal é analisar, a partir das obras de Paulo Freire e dos debates contemporâneos, a atualidade e os desafios da educação enquanto prática democrática no contexto brasileiro, considerando as dinâmicas de exclusão, resistência e emancipação presentes no cotidiano escolar.

A pesquisa adota o delineamento exploratório e descritivo, apropriado para aprofundar a compreensão das categorias centrais da pedagogia crítica — subjetividade, diálogo, emancipação e justiça social — e para descrever as múltiplas dimensões do fenômeno educativo sob a ótica da democracia substantiva (Freire, 2000, p. 25; Freire, 2014). O procedimento metodológico privilegiado é a pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2017), estruturada a partir do levantamento, seleção e análise sistemática de obras clássicas de Paulo Freire, como *Pedagogia do Oprimido* (1968), *Pedagogia da Esperança* (1992), *Pedagogia da Autonomia* (1996), *Pedagogia da Indignação* (2000) e *Partir da Infância* (2014), além de artigos científicos, teses e dissertações que dialogam com a crítica social da educação brasileira e com a produção acadêmica recente sobre desigualdades e exclusão escolar.

A análise dos textos foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo temática,

conforme Bardin (2016), buscando identificar recorrências, tensões e inovações conceituais relacionadas à democracia, subjetividade, diálogo e resistência, em consonância com a perspectiva freireana de que “a educação não é um ato neutro, mas uma prática política e ética, inerentemente vinculada à luta pela justiça social” (Freire, 1968, p. 81; Freire, 1992, p. 109). O critério de seleção dos textos considerou sua relevância teórica, atualidade e representatividade no campo da teoria crítica da educação.

A discussão dos resultados foi orientada pela articulação entre os fundamentos teóricos de Paulo Freire e os desafios concretos do cenário educacional brasileiro, evidenciando as limitações e potencialidades da pedagogia crítica para a construção de uma escola democrática e socialmente justa, conforme a tradição de pesquisa em Teoria da Educação.

Resultados e discussões

Os resultados desta pesquisa, fundamentados na análise bibliográfica das principais obras de Paulo Freire e em estudos contemporâneos sobre a educação democrática no Brasil, evidenciam a atualidade e os desafios da pedagogia crítica diante das persistentes desigualdades e da crise democrática no contexto educacional brasileiro.

Centralidade do diálogo e da subjetividade

A análise dos excertos das obras *Pedagogia do Oprimido* (Freire, 1968, p. 81), *Pedagogia da Esperança* (Freire, 1992, p. 109) e *Partir da Infância* (Freire e Guimarães, 2014, p. 17) revela que a centralidade do diálogo, da escuta e do reconhecimento da subjetividade constitui o núcleo da prática educativa democrática. Freire enfatiza que a negação da individualidade e da experiência dos educandos configura não apenas um erro pedagógico, mas um obstáculo ético e político à democratização da escola. A tabela 1 ilustra, de forma sintética, os principais elementos da pedagogia dialógica presentes nas obras analisadas:

Tabela 1. Principais elementos da pedagogia dialógica presentes nas obras analisadas.

Elemento da Pedagogia Crítica	Descrição	Referências
Diálogo	Prática de escuta, construção coletiva do conhecimento e problematização da realidade	Freire, 1968, p. 81
Subjetividade	Valorização da experiência e da singularidade dos sujeitos históricos	Freire e Guimarães, 2014, p. 17
Consciência crítica	Processo de passagem da consciência ingênua à crítica, possibilitando a leitura e transformação do mundo	Freire, 1992, p. 109

Desafios estruturais e a reprodução das desigualdades

Os dados extraídos dos textos evidenciam que o ambiente escolar brasileiro, longe de ser um espaço universal de emancipação, frequentemente atua como mecanismo de reprodução das desigualdades sociais, culturais e raciais (Freire, 2000, p. 25; Freire, 2014). A análise crítica das

práticas pedagógicas e das políticas educacionais mostra que a lógica meritocrática, a descontextualização dos conteúdos e a responsabilização individual pelo fracasso escolar perpetuam a exclusão e inviabilizam a democratização do acesso ao conhecimento. A tabela 2 sintetiza os principais desafios identificados:

Tabela 2. Principais desafios identificados.

Desafio Identificado	Manifestação no Contexto Escolar	Referência
Meritocracia excludente	Reforço da subalternização de grupos oprimidos	Freire, 2000, p. 25
Descontextualização curricular	Imobilidade mental e desvalorização dos saberes populares	Freire e Guimarães, 2014
Precariedade estrutural	Ausência de recursos e infraestrutura nas escolas periféricas	Freire, 2000, p. 42

Potencial transformador da pedagogia crítica

Apesar dos obstáculos, a análise dos resultados aponta para o potencial transformador da pedagogia crítica freireana. Experiências relatadas em estudos de caso e projetos pedagógicos inspirados em Freire demonstram que a promoção do diálogo, da escuta ativa e da problematização da realidade potencializa a formação de sujeitos críticos e socialmente comprometidos. A práxis educativa, entrelaçada ao compromisso ético e à indignação diante das injustiças, revela-se como caminho para a construção de uma escola democrática e inclusiva (Freire, 2000, p. 25; Freire, 1996, p. 25).

A análise dos excertos das obras de Paulo Freire revela que a centralidade do diálogo — compreendido não como técnica, mas como fundamento ontológico e epistemológico — é condição *sine qua non* para a emergência de sujeitos críticos e para a efetivação da democracia substantiva no espaço escolar (Freire, 1968, p. 81; Freire, 1996, p. 25).

A negação da subjetividade dos educandos, denunciada por Freire e Guimarães (2014, p. 17), permanece como traço marcante de práticas escolares que, ao privilegiar a lógica meritocrática e a descontextualização curricular, contribuem para a perpetuação da exclusão e da injustiça social. Os dados analisados demonstram que a escola brasileira, frequentemente, ainda se configura como espaço de reprodução das desigualdades, sobretudo quando ignora as experiências e saberes populares, responsabilizando o indivíduo pelo fracasso escolar e despolitizando as condições materiais adversas (FREIRE, 2000, p. 25; FREIRE, 2014).

Contudo, a radicalidade da pedagogia crítica se manifesta justamente na recusa ao fatalismo e na aposta na práxis transformadora. A indignação ética, articulada ao compromisso

amoroso — categorias centrais em *Pedagogia da Indignação* (Freire, 2000, p. 25) — impulsiona educadores e educandos à denúncia do autoritarismo e à anunciação de inéditos viáveis, forjando possibilidades reais de reinvenção democrática do cotidiano escolar. A análise dos relatos e experiências pedagógicas inspiradas em Freire revelam que, onde o diálogo e a problematização são efetivamente instaurados, observa-se o fortalecimento da consciência crítica, da autonomia e do compromisso com a justiça social (Freire, 1992, p. 109).

Assim, a discussão aponta que a pedagogia crítica freireana, ao articular ética, política e epistemologia, não apenas desvela as múltiplas formas de opressão que atravessam o sistema educacional, mas também oferece caminhos concretos para a construção de uma escola pública verdadeiramente democrática. O desafio contemporâneo reside em atualizar e radicalizar esse legado, enfrentando as resistências institucionais e culturais que ainda limitam a democratização do acesso ao conhecimento e a efetiva participação dos sujeitos históricos na construção de sua própria história (Freire, 1968, p. 81; Freire, 1996, p. 25; Freire, 2000, p. 42).

Considerações finais

A análise empreendida neste artigo evidenciou que a pedagogia crítica de Paulo Freire permanece mais que atual, sendo indispensável diante dos desafios enfrentados pela educação brasileira. Os fundamentos freireanos — diálogo, valorização da subjetividade, consciência crítica e compromisso ético-político — mostraram-se essenciais para a construção de uma escola democrática, capaz de promover a emancipação dos sujeitos historicamente excluídos.

Os resultados indicam que, embora haja avanços teóricos e experiências exitosas, o

cotidiano escolar ainda é marcado por práticas excludentes, autoritarismo e reprodução das desigualdades estruturais. A lógica meritocrática, a descontextualização curricular e a precariedade das condições materiais, entre outras figuras, continuam a limitar o potencial transformador da educação. Nesse contexto, a pedagogia freireana oferece caminhos concretos para a superação desses obstáculos, ao apostar no diálogo, na escuta ativa e na valorização das experiências dos educandos como elementos centrais do processo educativo.

Conclui-se que a efetivação de uma escola verdadeiramente democrática exige o enfrentamento das resistências institucionais e culturais, bem como a atualização e radicalização do legado freireano. Torna-se fundamental que educadores, gestores e formuladores de políticas públicas assumam o compromisso com práticas pedagógicas participativas e inclusivas, que reconheçam a pluralidade dos sujeitos e promovam a justiça social.

Como recomendações para pesquisas futuras, sugere-se a realização de estudos empíricos sobre experiências escolares que implementam os princípios freireanos em diferentes ambientes, bem como a investigação de estratégias para fortalecer a formação crítica de educadores frente aos muitos desafios contemporâneos. O aprofundamento do diálogo entre a pedagogia crítica e outras abordagens inovadoras pode contribuir para a reinvenção democrática da escola e para a efetiva transformação social no ambiente escolar brasileiro.

Referências

CRUZ, Lucas; BARROS, Atila. A Desigualdade Social no Brasil e Seus Impactos Estruturais Sobre a Educação. *Revista Tópicos*, v. 3, n. 21, 2025. ISSN: 2965-6672.

FREIRE, Paulo. *Partir da Infância: Diálogos Sobre Educação*. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra LTDA, 2014. ISBN 978-85-7753-225-4. ePub.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários À Prática Educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. ISBN 85-219-0243-3.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. [S. l.: s. n.], 1992.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas de Outros Escritos*. São Paulo: UNESP, 2000. ISBN 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1987.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. *Aprendendo com a Própria História*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. ISBN 978-85-7753-216-2. ePub.

SOUSA, CirleneCristina de; MARTINS, Francisco André Silva. Indignação, amor e esperança em Paulo Freire. *Revista Docência do Ensino Superior*, Belo Horizonte, v. 11, e035749, p. 1-18, 2021. DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2021.35749>.